



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**SIGILO:** (    ) SIM    ( X ) NÃO

<b>Órgão que será atendido pelo estudo:</b>	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.
<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa especializada para a execução de recape de vias urbana em CBUQ, 66.266,19 m2, incluindo serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra, conforme Termo de Convênio n.º 552/2026 - SECID - SAM 75 - PARANACIDADE.

### 1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei n.º 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

Nos termos do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância à normas vigentes e aos princípios que regem a administração pública.

## 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A motivação da necessidade do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, encontra-se pormenorizada em tópico específico no Documento de Formação de Demanda - DFD.

Assim, uma vez que a necessidade da contratação já foi devidamente justificada, desnecessária a maior extensão destas linhas, reportando-me, por brevidade, à fundamentação *supra*.

## 3. DO PROJETO BÁSICO

O Projeto Básico foi elaborado nos termos do inciso XXV do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Trata-se de instrumento técnico preliminar e indispensável ao procedimento licitatório, que visa à contratação de obra pública, na forma preconizada pelo inciso VI do art. 2º da mencionada lei.

Dessa forma, é o disposto nos artigos *supra*:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...);*

*XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos.*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

*Art. 2º Esta Lei aplica-se a:*

*(...);*

*VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia.*

Nos termos do disposto no art. 6º, inciso XXV, da Lei n.º 14.133/2021, o Projeto Básico foi concebido com fundamento em estudos técnicos preliminares, devidamente instruídos no processo administrativo, de forma a assegurar a exequibilidade da obra pretendida e a viabilidade de sua execução sob os aspectos técnico, econômico, ambiental e jurídico.

Este documento tem por finalidade definir, de forma clara e suficiente, os elementos necessários à caracterização do objeto, possibilitando a adequada estimativa de custos, a definição dos métodos e do regime de execução, a avaliação do impacto ambiental, bem como o detalhamento das condições de execução, de modo a assegurar a viabilidade técnica e jurídica da contratação.

Além de permitir a adequada caracterização do objeto, o presente documento estabelece os parâmetros necessários à elaboração de propostas pelos licitantes, possibilitando a estimativa de custos, a definição do método e do regime de execução, a avaliação dos impactos ambientais, bem como o detalhamento das condições de realização da obra ou serviço.

Diante do exposto, conclui-se que o presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com os requisitos estabelecidos no art. 6º, inciso XXV, da Lei n.º 14.133/2021, contendo os elementos técnicos necessários e suficientes para caracterizar o objeto, justificar a contratação, estimar os custos, definir o método e o regime de execução, além de avaliar os impactos ambientais e as condições de viabilidade do empreendimento.

## 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021).

Sendo assim, considerando a necessidade da contratação do objeto e a análise de mercado realizada, foram encontradas as seguintes soluções:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

a) **Alternativa 01:** Realizar a contratação dos serviços por meio de empresa especializada legalmente constituída, tendo por finalidade o cumprimento da legislação vigente, em observância aos dispositivos legais e normativos vigentes, notadamente a Lei Federal n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que prevê possibilidade da contratação de empresas para a execução de obras e serviços de arquitetura e engenharia, em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), legislações vigentes e demais exigências dos órgãos fiscalizadores competentes. a qual apresenta uma viabilidade técnica e econômica plausível;

b) **Alternativa 02:** Realizar os serviços execução dos serviços por meio de mão de obra própria da Administração, utilizando-se a equipe interna de serviços gerais e de engenharia. Todavia, constatou-se que o corpo técnico disponível não detém capacidade técnica, operacional e estrutural suficiente para a execução integral da obra, especialmente considerando o grau de complexidade, o volume dos serviços e o nível de detalhamento exigido pelas normas técnicas vigentes e pelos órgãos de controle. A execução da obra demanda conhecimentos técnicos especializados, equipes multidisciplinares, equipamentos específicos, além de gestão técnica contínua, requisitos que extrapolam a capacidade operacional da estrutura interna do Município. Ademais, a utilização de mão de obra própria poderia comprometer a regularidade das demais atividades administrativas e operacionais da Administração, sem garantir a observância plena dos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos para obras públicas dessa natureza.

Com bases nas diretrizes acima, foram ponderadas as soluções encontradas no mercado a fim de demonstrar, de forma objetiva, qual delas é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

A respeito do tema, colhe-se ementa de aresto ilustrativo proferido nos Acórdãos de n.ºs 2383/2014 e 214/2020, do Plenário do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**:

*A Administração, por ocasião do planejamento de suas contratações, deve identificar, previamente à elaboração das especificações técnicas e à cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.*

Para a comparação, foram considerados os custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto (melhor relação custo-benefício), em respeito ao art. 44, da Lei Federal n.º 14.133/2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

No levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, a Administração, dentre outras opções, considerou contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como consulta com potenciais contratadas para coleta de contribuições e demais aspectos de logísticas menos onerosas ao Ente, para identificar e mitigar as inconsistências ocorridas na fase do Planejamento da Contratação.

Destarte, a Solução Escolhida:

É a contemplada na **Alternativa 01**, cuja viabilidade está justificada na maior agilidade da solução, bem como de sua economicidade perante o problema identificado, evidenciando, por conseguinte, o interesse público na presente escolha.

## 5. REFERÊNCIA AO PLANO ANUAL DE COMPRAS

Face a não existência do Plano Anual de Compras no Município de Borrazópolis/PR, não há indicação desta contratação no Plano.

Considerando a não existência de plano anual de compras, no tocante a contratação objeto do presente estudo, informe-se: A previsão de compras do objeto deste ETP está contemplada no PPA 2025/2028, LDO 2025 e LOA 2025 deste município, conforme declaração emitida e assinada pelo Contador do Município, a qual segue como documento anexo ao ETP.

## 6. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

### **Requisitos legais e regulatórios:**

Registro da empresa: a empresa deve estar devidamente registrada e licenciada conforme as normas locais, estaduais e federais.

Estoque disponível: manter um inventário adequado para atender prontamente às demandas da contratante.

Atendimento ao cliente: equipe dedicada de atendimento ao cliente para suporte e resolução de problemas.

Estabilidade financeira: prova de estabilidade financeira e capacidade de cumprir com os contratos.

Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Atender a esses requisitos para garantir uma parceria confiável, eficiente e de qualidade no fornecimento de materiais de construção.

Ser pessoa jurídica e que explore ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas no certame.

Ter capacidade técnica para prestar os serviços de acordo com as necessidades do contratante no que diz respeito a qualidade e padronização.

## 7. DA NECESSIDADE DE LICITAÇÃO

Preceitua o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 a obrigatoriedade de as contratações públicas serem antecedidas de processo licitatório, por meio do qual o administrador escolherá a proposta mais vantajosa ao interesse público, *in verbis*:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...);*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

De acordo com o texto constitucional, reafirma-se, portanto, a necessidade de um procedimento prévio formal de escolha para as contratações de obras, serviços, compras e alienações, configurando-se um procedimento preparatório ao contrato a ser celebrado entre a municipalidade e os particulares, cuja concatenação de tais atos e fases constituirá o processo denominado de "licitação", no qual se assegurará a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Conclui-se, portanto, que a constituição da república acolheu a presunção de que a realização prévia de licitação à contratação é a medida mais vantajosa para administração pública, razão pela qual foi editada, em 1º de abril de 2021, a Lei Federal n.º 14.133, regulamentando o dispositivo constitucional acima transcrito.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## 8. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta como a modalidade adequada para a pretensa contratação a **Concorrência**, na forma do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, com regulamentação dada pelo Decreto Municipal n.º 26/2025, dada a natureza comum de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Conquanto o conceito seja aberto à classificação do que possa ser compreendido como “comum”, ao analisarmos a especificação do(s) bem(ns) demandado(s), verificamos que este(s):

- i) É (são) passível(is) de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- ii) Possui(em) especificações usuais de mercado; e
- iii) E possui(em) disponibilidade no mercado.

No tocante a Concorrência, na forma eletrônica, objetiva-se aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório, ampliando a disputa licitatória com a participação de maior número de empresas de diversos estados, já que é dispensada a presença dos contendentes, verificando-se uma alternativa ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes. Além disso, tornou efetivamente mais eficiente e barato ao processo licitatório.

É por tal razão que, visando a mais ampla divulgação e participação de interessados, o certame será realizado através da plataforma eletrônica Banco Nacional de Compras (BNC) – disponível através do site: <https://www.bnc.org.br>, cujo sistema cumpre a função de oferecer as melhores soluções de mercado à administração pública.

A concorrência dos licitantes no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à plataforma eletrônica Banco Nacional de Compras (BNC), a qual se manifestará por meio de seu operador designado.

Tipo de disputa: modo **ABERTO**, no qual, segundo disposto no Art. 56, inciso I, da Lei de Licitações, “*os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes*”.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

## 9. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Em razão do escopo dos serviços, conclui-se que estes **não** possuem características distintas e divisíveis, desta forma será utilizado o critério de avaliação do tipo **Menor Preço - Global**, de modo a majorar a competitividade do certame e atingir eficazmente as finalidades esperadas com a contratação.

Para a contratação de que trata o objeto da pretensa contratação em único lote, a justificativa está pautada na necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que a pluralidade de empresas para a execução dos mesmos serviços certamente implicaria na descontinuidade da padronização, acarretando em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Soma-se a isso, a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos fornecimentos, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores.

Neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável o agrupado, portanto, não havendo a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, já que visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação e, principalmente, assegurar, tanto a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, como também atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da administração pública.

Ainda, este agrupamento se faz necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização do contrato, evitando os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão de um só tipo de fornecimento, evitando o comprometimento de todo o conjunto do objeto licitado.

## 10. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

Em razão do valor da contratação, à participação nos lotes/itens **NÃO** será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, de forma a não aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47, *caput* e 48 inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, para o edital em específico. No entanto, aplicar-se-á apenas o tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Nesse sentido, é o disposto nos artigos *supra*:

*Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

*trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.*

*Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

*§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

*Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

*§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.*

*§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.*

*Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta lei complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*

*I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;*

*II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta lei complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;*

*III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

*nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta lei complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

*§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.*

*§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.*

*§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.*

### 11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando que o parcelamento objeto poderia comprometer a qualidade dos serviços, para essa contratação, será realizado o agrupamento de itens por um só Lote, visto haver necessidade que os serviços sejam executados por uma única empresa, em razão da natureza indivisível da obrigação para garantir a eficiência e a eficácia da contratação.

Na mesma toada, as características técnicas e peculiaridades dos serviços e os aspectos de viabilidade técnica, viabilidade econômica, a potencial perda de escala e o impacto sobre a competitividade no mercado, o parcelamento da solução não se mostra viável por se tratar de serviços que apresentam inter-relações logísticas significativas, e a divisão desses serviços poderia resultar em atrasos e custos adicionais, devido à necessidade de coordenação entre diferentes empresas contratadas. Portanto, a solução como um todo será contratada de uma única empresa, com o objetivo de garantir a eficiência, a economia e a qualidade da execução dos serviços.

Desta feita, justifica-se o não parcelamento da solução por ser a solução mais satisfatória e conveniente do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade dos serviços e garantia dos resultados numa única pessoa jurídica. A solução consiste em itens (serviços e fornecimentos de materiais) agrupados em lote único, com intuito de garantir economia de escala e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Destaque-se que na pesquisa de mercado todos os itens foram cotados por todas as empresas pesquisadas, portanto tal agrupamento não restringe a competitividade, pois os serviços trazem compatibilidade entre eles.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Diante da análise técnica e operacional, conclui-se que o parcelamento da contratação da solução não é viável, considerando que a integração das funcionalidades do software é essencial para a eficiência e eficácia dos processos administrativos. A aquisição de uma solução unificada garante a padronização dos procedimentos, evita problemas de compatibilidade entre módulos distintos e reduz custos associados à gestão fragmentada de contratos.

Assim, a abordagem integrada proporciona uma melhor coordenação das atividades, evita redundâncias e falhas de comunicação, e assegura a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Além disso, a contratação em formato único representa a melhor alternativa para atender às demandas do município, assegurando maior eficiência operacional, economicidade e conformidade com os princípios legais que regem a Administração Pública.

## 12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – OBJETO TÉCNICO

A presente contratação tem por objeto a execução de serviços de recapeamento asfáltico em vias urbanas do município, compreendendo a aplicação de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente, bem como a realização de serviços complementares essenciais à funcionalidade, durabilidade e segurança da infraestrutura viária urbana.

A solução proposta visa promover a requalificação estrutural e funcional da malha viária em trechos previamente diagnosticados como críticos, em função do desgaste acentuado, comprometimento da trafegabilidade e da ausência de condições mínimas de segurança e conforto aos usuários. Trata-se de uma intervenção de caráter corretivo e preventivo, que tem como foco restabelecer a capacidade estrutural e o desempenho do pavimento, adequando-o às exigências atuais de mobilidade urbana.

A obra será executada conforme as diretrizes técnicas estabelecidas no projeto básico, e inclui não apenas a recomposição do revestimento asfáltico, mas também a execução de serviços preliminares, correção de base e sub-base, instalação ou recuperação de meio-fio e sarjeta, sinalização horizontal e vertical, urbanização complementar, ensaios tecnológicos de controle de qualidade, e implantação de placas de comunicação visual institucional, em atendimento às exigências do Termo de Convênio n.º 552/2026 - SECID - SAM 75 - PARANACIDADE.

A presente iniciativa insere-se em uma estratégia integrada de melhoria da mobilidade urbana, garantindo condições adequadas de circulação de veículos e pedestres, redução de acidentes, valorização dos espaços públicos e atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração Pública.

A intervenção permitirá a recuperação da infraestrutura de vias urbanas críticas, assegurando condições satisfatórias de trafegabilidade, segurança viária, drenagem,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

sinalização e acessibilidade, além de prolongar a vida útil do pavimento por meio do uso de materiais e técnicas consolidadas na engenharia de transportes.

A presente solução, portanto, consolida-se como medida essencial para a requalificação do espaço urbano, valorização dos bens públicos e promoção da qualidade de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável, em conformidade com os princípios da administração pública e com as diretrizes do Plano Diretor Municipal.

Diante do exposto, a solução técnica proposta para a execução de recapeamento asfáltico com CBUQ, acompanhada dos serviços complementares previstos, revela-se adequada, eficiente e plenamente justificável frente ao diagnóstico da malha viária urbana e às necessidades identificadas pela Administração Pública.

### 13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

A execução dos serviços de recapeamento asfáltico visa não apenas à restauração física da malha viária urbana, mas também à promoção de benefícios estruturais, funcionais, sociais e econômicos, com impactos positivos diretos e indiretos para o município e sua população.

Trata-se de uma ação estratégica da Administração Pública, orientada por critérios técnicos e de interesse coletivo, que busca otimizar o uso de recursos públicos, assegurar a efetividade das políticas de mobilidade urbana e atender às demandas legítimas da população, contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável e o fortalecimento da infraestrutura municipal.

Os benefícios a serem alcançados com a intervenção abrangem tanto aspectos gerais — ligados à melhoria das condições urbanas e à valorização do espaço público — quanto específicos, voltados à qualificação da infraestrutura de tráfego, segurança viária, mobilidade e qualidade de vida.

Entre os principais benefícios, destacam-se:

#### **Benefícios Gerais:**

Melhoria da mobilidade urbana: ao restabelecer as condições adequadas de trafegabilidade, o recapeamento facilita o fluxo de veículos e pedestres, reduzindo congestionamentos e melhorando a fluidez do tráfego.

Aumento da segurança viária: a regularização do pavimento e a implantação de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

sinalização adequada reduzem significativamente o risco de acidentes de trânsito, beneficiando motoristas, ciclistas e pedestres.

Valorização imobiliária e ordenamento urbano: vias pavimentadas e sinalizadas tendem a valorizar os imóveis em seu entorno, promovendo desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável.

Atendimento aos princípios da eficiência e do interesse público: ao recuperar trechos degradados da malha viária com soluções técnicas consolidadas, evita-se a deterioração progressiva e os custos maiores com manutenções emergenciais.

Contribuição para a dignidade da população: ao assegurar o direito de ir e vir com segurança, conforto e acessibilidade, a obra responde a demandas sociais legítimas e reforça o papel da Administração como garantidora do bem-estar coletivo.

## **Benefícios Específicos:**

Recuperação funcional do pavimento: com a aplicação de CBUQ e correção de base/sub-base, as vias terão desempenho adequado para suportar cargas e tráfego intenso por maior período.

Correção de patologias viárias: eliminação de buracos, trincas, ondulações e afundamentos, que comprometem a integridade do pavimento e a segurança dos usuários.

Melhoria do escoamento superficial: a recuperação e/ou substituição de meio-fio e sarjeta permitirá o direcionamento adequado das águas pluviais, prevenindo erosões e alagamentos.

Reforço da sinalização viária: a implantação de sinalização horizontal e vertical conforme normas técnicas promove melhor orientação dos condutores e ordenamento do trânsito.

Integração com a rede de mobilidade urbana: ao recuperar vias estratégicas que se conectam a equipamentos públicos, corredores de ônibus, escolas, postos de saúde e áreas comerciais, fortalece-se a infraestrutura de serviços do município.

Apoio à manutenção programada: a padronização técnica dos serviços permite maior controle da durabilidade do pavimento e facilita a gestão da malha viária municipal em longo prazo.

Cumprimento das metas pactuadas no Convênio: a execução das obras conforme o Termo de Convênio n.º 552/2026 - SECID - SAM 75 - PARANACIDADE garante a efetiva aplicação dos recursos recebidos, com resultados verificáveis e mensuráveis.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Em resumo, esses benefícios evidenciam a importância da contratação, não só atendendo às necessidades imediatas, mas também traz benefícios significativos a longo prazo, oferecendo uma gama abrangente de benefícios, tanto gerais quanto específicos, a combinação de benefícios gerais e específicos proporcionada pela contratação consolidando a importância da obra, que não só atende às demandas imediatas, mas também assegura a implementação de soluções sustentáveis e economicamente vantajosas no longo prazo.

## **14. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

A presente intervenção tem como finalidade principal apresentar resultados concretos e mensuráveis voltados à melhoria da infraestrutura urbana, à promoção da mobilidade segura e ao atendimento das necessidades da coletividade. A execução dos serviços de recapeamento asfáltico em CBUQ, somada às ações complementares previstas no projeto, configura uma medida estruturante, cujos efeitos positivos se estenderão ao longo dos anos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento urbano ordenado e sustentável do município.

A demonstração do resultado futuro busca evidenciar os impactos esperados da obra sobre o cotidiano da população, a gestão pública e o ambiente urbano. Essa análise fundamenta-se em premissas técnicas, indicadores de desempenho e benefícios sociais que permitem antever os ganhos operacionais, econômicos e qualitativos decorrentes da realização da obra.

Ao projetar os resultados futuros, considera-se não apenas a recuperação física da malha viária, mas também os efeitos indutores de desenvolvimento e a otimização dos serviços públicos, além da redução de custos com manutenções emergenciais e da ampliação do acesso a direitos fundamentais como segurança, mobilidade e dignidade urbana.

A seguir, serão detalhados os principais indicadores e impactos esperados com a implementação desta medida:

1. Resultados Operacionais e Técnicos - Melhoria da capacidade estrutural do pavimento: a aplicação de CBUQ em vias previamente degradadas restabelecerá a resistência e durabilidade da estrutura viária, reduzindo a reincidência de defeitos e patologias como buracos, trincas e ondulações. Redução do índice de falhas viárias: com a correção de base, sub-base e a recomposição de meio-fio e sarjeta, espera-se significativa diminuição nas ocorrências de falhas estruturais, impactando diretamente na conservação da via. Melhor desempenho do sistema de drenagem: a regularização dos elementos de escoamento



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

superficial (meio-fio/sarjeta) contribuirá para o controle eficiente das águas pluviais, evitando acúmulo de água e danos ao pavimento.

2. Resultados Econômicos e Financeiros - Redução dos custos de manutenção corretiva: com a recuperação adequada das vias, haverá menor necessidade de ações emergenciais ou tapa-buracos, otimizando os recursos públicos e permitindo planejamento mais racional da manutenção viária. Valorização imobiliária e incentivo ao investimento local: vias bem conservadas tendem a atrair novos empreendimentos e valorizar imóveis residenciais e comerciais, impactando positivamente na economia local. Ganho em eficiência na prestação de serviços públicos: a melhoria das vias favorece o deslocamento de veículos de transporte escolar, ambulâncias, coleta de lixo, policiamento e outros serviços essenciais, com economia de tempo e combustível.

3. Resultados Sociais e Urbanos - Aumento da segurança viária: a regularização do pavimento e a implantação de sinalização contribuem diretamente para a prevenção de acidentes, protegendo condutores, ciclistas e pedestres. Melhoria da mobilidade urbana e da acessibilidade: o recapeamento proporciona maior conforto aos usuários, reduz tempos de deslocamento e amplia o acesso a escolas, unidades de saúde e comércios locais. Resposta às demandas da população: a intervenção atende reivindicações antigas da comunidade, fortalecendo o vínculo entre gestão pública e sociedade e promovendo maior satisfação dos munícipes com os serviços prestados. Promoção da dignidade urbana: ruas em boas condições reforçam o sentimento de pertencimento, segurança e qualidade de vida dos cidadãos, especialmente nas áreas mais críticas da cidade.

4. Resultados Institucionais - Cumprimento de metas e compromissos intergovernamentais: a realização da obra em conformidade com o Convênio nº 123/2025 – SECID – SAM 66 – PARANACIDADE demonstra comprometimento com a boa gestão de recursos estaduais e municipais. Fortalecimento da imagem institucional do município: a entrega de infraestrutura urbana qualificada reforça a credibilidade da Administração Pública junto à população e aos órgãos de controle externo. Base para planejamento de novas etapas: o êxito desta intervenção permitirá o levantamento de dados técnicos para subsidiar futuras etapas de pavimentação, manutenção programada ou ampliação da malha viária urbana.

Tais benefícios, sustentados por critérios técnicos, legais e sociais, serão perceptíveis tanto no curto quanto no médio e longo prazos, assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos, redução de custos operacionais e atendimento efetivo às demandas da população. A ação proposta representa, portanto, um investimento estratégico e necessário para consolidar um ambiente urbano mais seguro, acessível e funcional.

Diante dos elementos apresentados, conclui-se que a execução do recapeamento asfáltico, acompanhada das intervenções complementares previstas no projeto, produzirá efeitos estruturantes, duradouros e amplamente positivos para o município. Os resultados



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

esperados transcendem a simples recuperação do pavimento, alcançando dimensões mais amplas de impacto, como a melhoria da mobilidade urbana, a valorização dos espaços públicos, a otimização dos serviços essenciais e o fortalecimento da infraestrutura local.

## 15. PROVIDÊNCIA A SEREM ADOTADAS ANTES DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e o fiscal de contrato deverão ser formalmente cientificados, da indicação e das respectivas atribuições.

Fica aqui como sugestão de boa prática, antes de montar o Termo de Referência conferir novamente as quantidades necessárias.

## 16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há contratações correlatas para o objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP.

## 17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Análise de Risco:

Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: **i.** a probabilidade de ocorrência dos eventos; **ii.** os possíveis danos potenciais; **iii.** possíveis ações preventivas e contingências; e **iv.** identificação de responsáveis por ação.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento:

Risco 1 - Estimativa dos valores em desacordo com os preços praticados no mercado	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	Certame deserto ou item fracassado.
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Obter os valores dos contratos fechados nas licitações;</li><li>➤ Coletar preços de mercado para os produtos ou serviços licitados, o que pode ser feito através de cotações, preços públicos disponíveis,</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>sites de comparação de preços;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Comparar os valores licitados com os preços de mercado;</li><li>➤ Identificar variações significativas. Por exemplo, se os valores licitados são muito superiores ou inferiores aos preços de mercado;</li><li>➤ Estabelecer uma cesta de preços aceitáveis na pesquisa de preços da licitação;</li><li>➤ Realizar a média dos orçamentos estabelecendo o valor estimado para ser licitado, segundo o entendimento do TCU, no acórdão n.º 3068/2010-Plenário, afirmou que “o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Retornar o processo para a fase preparatória;</li><li>➤ Documentar todas as variações identificadas;</li><li>➤ Elaborar um relatório detalhado descrevendo as discrepâncias e possíveis razões (superfaturamento, subavaliação, falta de competitividade, etc.);</li><li>➤ Sugerir ações para corrigir os valores em desacordo.</li></ul>

## Risco 2 - Questionamentos excessivos

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Baixo
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Aumento de Custos: Cada questionamento requer tempo e recursos para ser respondido, o que pode aumentar os custos administrativos;</li><li>➤ Multas e Penalidades: Ilegalidades podem resultar em multas ou penalidades previstas em Lei;</li><li>➤ Perda de Oportunidades: Ilegalidades podem fazer com que projetos importantes sejam adiados ou cancelados;</li><li>➤ Perda de Credibilidade: Um processo de licitação marcado por muitos questionamentos e atrasos pode levar à perda de confiança por parte dos fornecedores e do público;</li><li>➤ Conflitos Administrativos: Questionamentos podem revelar ambiguidades nos Editais e Contratos que resultam em disputas e renegociações;</li><li>➤ Litígios: Questionamentos podem escalar para disputas legais, resultando em processos judiciais que consomem tempo e recursos.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Edital Claro e Completo: Assegurar que todos os documentos de licitação sejam claros, detalhados e abrangentes;</li><li>➤ Análise de Riscos: Identificar possíveis áreas de questionamento e preparar respostas antecipadamente;</li><li>➤ Treinamento para Equipes: Capacitar a equipe responsável pela elaboração e gestão das licitações;</li><li>➤ Análise de Feedback: Recolher e analisar feedback dos participantes após cada licitação para identificar áreas de melhoria;</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Revisão Contínua: Revisar e atualizar continuamente os processos de licitação com base em experiências passadas e melhores práticas;</li><li>➤ Sessões de Esclarecimento: Realizar sessões de esclarecimento antes do prazo de submissão de propostas para abordar dúvidas;</li><li>➤ Portal de Transparência: Usar plataformas online para disponibilizar informações e respostas a questionamentos de forma pública e acessível.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Inclusão de Cláusulas Específicas: Incluir cláusulas que abordem explicitamente como serão tratados os questionamentos e prazos para respostas.</li><li>➤ Formação da Equipe: Designar uma equipe específica para responder rapidamente a questionamentos e resolver problemas que surgirem;</li><li>➤ Análise Jurídica: Realizar uma análise jurídica completa dos documentos de licitação para garantir conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.</li></ul>

## Risco 3 - Contratação deserta ou com tem fracassado

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Atrasos em Projetos: Uma contratação deserta ou fracassada pode causar atrasos significativos em projetos públicos, como obras de infraestrutura, fornecimento de serviços essenciais, ou aquisição de bens. Isso pode impactar negativamente a eficiência e a eficácia da administração pública;</li><li>➤ Aumento de Custos: Com o fracasso de uma licitação, pode ser necessário iniciar um novo processo licitatório, o que gera custos administrativos adicionais. Além disso, a necessidade de ajustar os termos do edital para atrair mais propostas pode resultar em preços mais altos;</li><li>➤ Perda de Credibilidade: Repetidos fracassos em processos licitatórios podem afetar a credibilidade da administração pública perante os fornecedores e a população, gerando desconfiança sobre a capacidade de gestão dos recursos públicos.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Estudo de Mercado: Conduzir uma pesquisa de mercado para entender a capacidade dos fornecedores, os preços praticados e as especificações técnicas mais comuns. Isso ajuda a ajustar o edital de forma que seja atraente para os fornecedores;</li><li>➤ Especificações Claras e Realistas: Definir especificações técnicas claras, objetivas e realistas, que possam ser atendidas pelos fornecedores. Evitar exigências desnecessárias que possam restringir a participação;</li><li>➤ Cesta de preços: Estabelecer um orçamento compatível com os preços de mercado, evitando subestimar os custos envolvidos;</li></ul>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Prazo Adequado: Definir prazos razoáveis para a entrega de propostas e execução dos contratos, permitindo que os fornecedores tenham tempo suficiente para se preparar;</li><li>➤ Divulgação Adequada: Garantir ampla divulgação dos editais de licitação, utilizando diversos canais de comunicação para alcançar um maior número de fornecedores;</li><li>➤ Uso de Plataformas Digitais: Utilizar plataformas digitais de licitação para facilitar a participação dos fornecedores e aumentar a transparência do processo.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Análise de Causas: Identificar rapidamente as causas que levaram ao fracasso ou deserto da licitação. Pode envolver consultas com potenciais fornecedores, análise das propostas desclassificadas e revisão das especificações do edital.</li><li>➤ Comunicação Interna: Informar todos os envolvidos internamente sobre o fracasso da licitação e as ações de contingência a serem tomadas.</li><li>➤ Revisão e Ajuste do Edital: Baseado na análise, ajustar as especificações técnicas, condições de participação, prazos e estimativas de custo para torná-las mais atrativas e viáveis para os fornecedores.</li><li>➤ Reabertura da Licitação: Se as alterações necessárias forem mínimas, considerar a reabertura da licitação com os ajustes necessários.</li><li>➤ Nova Licitação: Caso as mudanças sejam substanciais, preparar e lançar uma nova licitação, garantindo que os problemas anteriores tenham sido resolvidos.</li><li>➤ Contratação Direta: Em casos de urgência ou emergência, onde a continuidade do serviço é crítica, a legislação permite a contratação direta de fornecedores. Isso deve ser feito com transparência e justificativa adequada, seguindo os regulamentos específicos para situações emergenciais.</li></ul>

Risco 4 - Adjudicatária se recusar a assinar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Perda de Oportunidade: A Administração Pública pode perder a oportunidade de realizar uma aquisição, avançar com o projeto ou serviço que estava planejado, o que pode resultar em atrasos ou interrupções significativas;</li><li>➤ Custos Adicionais: Pode haver custos adicionais incorridos pela entidade, como custos administrativos para lidar com a situação, custos de reabertura do processo de licitação e potencialmente custos legais se medidas legais forem necessárias.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Comunicação Clara e Documentada: Desde o momento da adjudicação até a assinatura do contrato, é importante manter uma</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>comunicação clara e documentada com a adjudicatária. Isso inclui confirmar por escrito os prazos e as expectativas para a assinatura do contrato;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Cláusulas Contratuais Claras: Garantir que o contrato de licitação contenha cláusulas claras sobre os prazos e as consequências de não cumprimento, incluindo penalidades por atraso na assinatura ou não cumprimento dos termos;</li><li>➤ Monitoramento Proativo: Monitorar de perto o progresso da adjudicatária em relação à assinatura do contrato, seguindo os prazos estabelecidos e agindo imediatamente se houver sinais de hesitação ou recusa em assinar;</li><li>➤ Notificações Formais: Se a adjudicatária não cumprir os prazos acordados ou indicar claramente que não pretende assinar o contrato, enviar notificações formais por escrito solicitando esclarecimentos e estabelecendo consequências claras caso não haja uma resposta satisfatória;</li><li>➤ Penalidades Contratuais: Estabelecer cláusulas que especificam penalidades monetárias por atraso na assinatura do contrato ou por não cumprimento dos termos acordados. Essas penalidades são geralmente estipuladas como uma porcentagem do valor total do contrato ou de um valor fixo por dia de atraso.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Possíveis Penalidades Contratuais: Aplicar penalidades ou multas se a parte adjudicatária não cumprir com suas obrigações contratuais, como assinar o contrato dentro de um prazo específico após a adjudicação;</li><li>➤ Reabertura da Licitação: A Administração Pública pode optar por reabrir o processo de licitação se a adjudicatária se recusar a assinar o contrato. Isso geralmente ocorre para selecionar uma nova adjudicatária que esteja disposta a cumprir os termos do contrato;</li><li>➤ Responsabilidade por Custos e Danos: A adjudicatária que se recusa a assinar o contrato pode ser responsabilizada por custos adicionais incorridos pela entidade que realizou a licitação, como custos administrativos adicionais ou custos relacionados à reabertura do processo de licitação;</li><li>➤ Medidas Administrativas: Impedimento de Contratar com a Administração: A empresa adjudicatária que se recusa a assinar o contrato pode ser impedida de participar de novas licitações por um período determinado. Inidoneidade: Em casos mais graves, a empresa pode ser declarada inidônea para contratar com a administração pública por um período determinado, o que implica na proibição de participar de licitações e de contratar com o poder público.</li><li>➤ Medidas Legais: Dependendo da gravidade da recusa e das circunstâncias envolvidas, a entidade que realizou a licitação pode buscar medidas legais para buscar reparação pelos danos sofridos, como perdas financeiras decorrentes da recusa em assinar o contrato.</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

	➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.
--	--

Risco 5 - Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Atrasos na execução do projeto: Se a empresa não consegue cumprir os prazos estabelecidos no contrato, isso pode resultar em atrasos significativos na entrega do serviço ou produto contratado, afetando os cronogramas planejados;</li><li>➤ Prejuízos financeiros: Os custos adicionais para corrigir os problemas causados pela empresa incapaz de executar o contrato podem ser significativos. Isso inclui custos de retrabalho, multas contratuais e até mesmo a necessidade de realizar uma nova licitação.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Análise rigorosa durante a fase de habilitação: Durante o processo de licitação, realizar uma análise detalhada da capacidade técnica, financeira e operacional dos concorrentes. Isso pode envolver a verificação de experiências anteriores, capacidade financeira com base em demonstrações contábeis atualizadas, e capacidade operacional com base em recursos humanos e infraestrutura disponível;</li><li>➤ Exigência de garantias ou cauções: Em certos casos, pode ser prudente exigir que a empresa vencedora forneça garantias ou cauções que assegurem sua capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Isso pode incluir garantias bancárias, seguros ou outras formas de garantia financeira.</li><li>➤ Monitoramento contínuo durante a execução do contrato: Após a adjudicação do contrato, é importante monitorar continuamente o desempenho da empresa contratada. Isso pode envolver relatórios periódicos, visitas de acompanhamento no local, e avaliação do cumprimento dos prazos e qualidade dos serviços prestados.</li><li>➤ Cláusulas contratuais robustas: Incluir cláusulas contratuais que prevejam medidas claras em caso de descumprimento ou incapacidade da empresa contratada. Isso pode incluir penalidades por atrasos, rescisão contratual e procedimentos para substituição da empresa contratada.</li><li>➤ Notificações Formais: Se a contratada não cumprir os prazos acordados ou indicar claramente que não pretende realizar as entregas ou fornecimentos, enviar notificações formais por escrito solicitando esclarecimentos e estabelecendo consequências claras caso não haja uma resposta satisfatória;</li><li>➤ Penalidades Contratuais: Estabelecer cláusulas que especificam penalidades monetárias por atraso por não cumprimento dos termos</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	acordados. Essas penalidades são geralmente estipuladas como uma porcentagem do valor total do contrato ou de um valor fixo por dia de atraso.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Revisão imediata da situação: Assim que surgirem indícios de que a empresa vencedora não conseguirá cumprir suas obrigações contratuais, é fundamental realizar uma revisão detalhada da situação. Isso pode envolver uma análise das razões para a incapacidade e a avaliação dos impactos potenciais no projeto;</li><li>➤ Ativação de garantias ou cauções: Se houver garantias ou cauções previstas no contrato, considerar a ativação desses mecanismos para mitigar os prejuízos financeiros decorrentes da incapacidade da empresa contratada;</li><li>➤ Procedimentos legais: Consultar a equipe jurídica para entender os direitos e responsabilidades contratuais envolvidos. Isso pode incluir a aplicação de penalidades contratuais, a rescisão do contrato ou a busca por medidas judiciais caso necessário;</li><li>➤ Rescisão de contrato: É uma medida drástica, mas às vezes necessária, quando uma empresa vencedora de licitação não consegue cumprir com suas obrigações contratuais;</li><li>➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.</li></ul>

Risco 6 - Prestação de serviços ou produtos de baixa qualidade	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Danos financeiros: Custos adicionais incorridos para corrigir ou substituir os serviços ou produtos defeituosos;</li><li>➤ Danos operacionais: Interrupções ou atrasos nas operações devido aos problemas com os serviços ou produtos fornecidos.</li></ul>
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Especificação clara de requisitos: Elaborar especificações detalhadas e claras dos serviços ou produtos que serão contratados, incluindo padrões de qualidade, prazos de entrega, e critérios de aceitação.</li><li>➤ Acionar cláusulas contratuais: Verificar se o contrato de licitação possui cláusulas que abordam penalidades por falhas na qualidade dos serviços ou produtos. Essas cláusulas podem incluir multas, descontos nos pagamentos ou até mesmo rescisão do contrato, dependendo da gravidade das falhas.</li><li>➤ Comunicação eficaz: Manter uma comunicação aberta e regular com o fornecedor, abordando prontamente quaisquer problemas ou preocupações relacionados à qualidade dos serviços ou produtos entregues.</li><li>➤ Monitoramento Contínuo: Monitorar continuamente a execução do contrato para detectar precocemente quaisquer sinais de problemas.</li></ul>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Avaliação de desempenho: Realizar avaliações periódicas do desempenho dos fornecedores com base nos critérios de qualidade e cumprimento contratual, incentivando a melhoria contínua.</li></ul>
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Avaliação dos impactos: Avaliar o impacto das deficiências na operação ou nos resultados esperados. Isso pode incluir custos adicionais incorridos para corrigir os problemas ou perda de eficiência operacional;</li><li>➤ Notificação formal: Comunicar oficialmente a parte contratada sobre as questões de qualidade identificadas, por escrito, destacando as cláusulas contratuais pertinentes que estabelecem os padrões de qualidade esperados;</li><li>➤ Consideração legal: Se as tentativas de resolução amigável não forem bem-sucedidas, considere consultar um advogado especializado em contratos e licitações para avaliar suas opções legais, como iniciar procedimentos de disputa ou buscar reparação por meio de medidas legais.</li><li>➤ Procedimentos legais: Consultar a equipe jurídica para entender os direitos e responsabilidades contratuais envolvidos. Isso pode incluir a aplicação de penalidades contratuais, a rescisão do contrato ou a busca por medidas judiciais caso necessário;</li><li>➤ Rescisão de contrato: É uma medida drástica, mas às vezes necessária, quando uma empresa vencedora de licitação não consegue cumprir com suas obrigações contratuais;</li><li>➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.</li></ul>

## 18. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados.

Impacto	Probabilidade			
	Sem impacto	Baixa	Médio	Alto
Baixo		Risco 2		
Médio		Risco 1, 3 e 4		
Alto		Riscos 5 e 6		

## 19. IMPACTO AMBIENTAL





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Permite, dessa forma, o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

As contratações públicas sustentáveis previstas na Lei n.º 14.133/2021 têm relação com o ODS 12 – “*Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis*”, em sua meta n.º 7, que é a de “*promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.*” (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 4ª Edição. Distrito Federal. 2021).

Portanto, em detrimento dos regulamentos em vigor, devem para a execução dos serviços seguir elementos de baixo impacto ambiental, em especial de:

- i.** Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA N.º 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- ii.** Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA N.º 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;
- iii.** Atender, no que couber, à Resolução CONATRAM N.º 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade, e,
- iv.** Adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, conforme estabelece o Decreto N.º 2.830-R de 19/08/2011.

Destarte, será de responsabilidade da empresa integrar aspectos socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, os direitos humanos.

Toda intervenção urbana de porte, como a execução de obras de recapeamento asfáltico com serviços complementares de infraestrutura viária, envolve a possibilidade de geração de impactos ambientais, ainda que em escala localizada e de caráter temporário. A identificação e avaliação desses possíveis impactos é parte essencial do planejamento e da responsabilidade ambiental da Administração Pública, garantindo que a execução das obras ocorra de forma sustentável, em conformidade com a legislação ambiental vigente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

No caso específico do presente projeto, os impactos ambientais potenciais decorrem principalmente das atividades de preparação, movimentação de materiais, operação de máquinas, transporte e aplicação de CBUQ. Tais efeitos, se não devidamente controlados, podem afetar o solo, o ar, a água, a vegetação remanescente e a qualidade de vida da população do entorno, ainda que de forma temporária e reversível.

Esta seção tem por objetivo apresentar, de forma preliminar, os principais impactos ambientais que podem ser gerados durante a execução da obra, bem como indicar medidas mitigadoras, preventivas e compensatórias a serem adotadas, de modo a assegurar que o empreendimento seja conduzido com mínimo impacto ambiental e com a devida observância aos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental.

1. Geração de Ruídos e Vibrações - Durante a operação de máquinas pesadas (rolo compactador, fresadoras, vibroacabadoras, caminhões caçamba, entre outros), haverá emissão de ruídos e vibrações que podem afetar o conforto acústico de moradores, trabalhadores e transeuntes. O impacto será mais significativo em áreas residenciais ou próximas a escolas e unidades de saúde. Medidas mitigadoras: Restringir horários de operação (evitar período noturno e horários escolares); Utilização de equipamentos com manutenção em dia e silenciadores eficientes; Comunicação prévia à população sobre o cronograma de execução.

2. Emissão de Material Particulado (poeira) - A movimentação de solo e agregados, bem como o tráfego de caminhões e equipamentos, pode gerar poeira, principalmente em períodos secos ou em vias com pouca umidade superficial. Medidas mitigadoras: Umidificação regular da via durante a execução das atividades; Cobertura de caminhões durante o transporte de materiais; Limpeza periódica de resíduos no entorno da obra.

3. Geração de Resíduos Sólidos e Rejeitos - A remoção de camada asfáltica antiga (fresagem), a substituição de meio-fios e outros serviços podem gerar entulho, resíduos de construção civil e materiais asfálticos. Medidas mitigadoras: Destinação adequada dos resíduos a áreas licenciadas e reutilização de fresado sempre que tecnicamente viável; Segregação de resíduos recicláveis e não recicláveis; Transporte controlado e armazenamento temporário em local apropriado.

4. Riscos de Contaminação do Solo e da Água - A manipulação de produtos betuminosos, combustíveis e óleos lubrificantes pode representar risco de derramamento acidental, afetando o solo e, eventualmente, corpos d'água urbanos. Medidas mitigadoras: Capacitação das equipes quanto ao manuseio de materiais perigosos; Disponibilização de kits de contenção e absorção de vazamentos; Armazenamento de substâncias químicas em áreas impermeabilizadas e cobertas.

5. Interferência na Vegetação Urbana - Em algumas frentes de obra, pode haver necessidade de adequações em canteiros, calçadas e meio-fio, eventualmente implicando no deslocamento ou poda de vegetação urbana. Medidas mitigadoras: Preservação máxima da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

arborização existente; Poda seletiva autorizada por órgão competente, quando necessária; Compensação ambiental, com plantio de mudas nativas, caso haja supressão.

6. Impacto Temporário na Qualidade do Ar - A queima de combustível fóssil pelas máquinas e caminhões pode contribuir, ainda que pontualmente, para o aumento da emissão de poluentes atmosféricos como CO<sub>2</sub>, NO<sub>x</sub> e material particulado. Medidas mitigadoras: Planejamento logístico para minimizar o tempo de operação de máquinas em marcha lenta; Manutenção preventiva da frota e controle das emissões; Redução do tempo total de obra por meio de cronograma eficiente.

7. Impactos sobre o Trânsito Local e Acessibilidade - O bloqueio parcial de vias pode gerar congestionamentos, desvios e transtornos momentâneos para pedestres, ciclistas e motoristas. Medidas mitigadoras: Implantação de sinalização provisória e rotas alternativas; Presença de agentes de orientação e segurança viária; Manutenção de acesso seguro a imóveis e comércios durante a obra.

Diante da análise realizada, conclui-se que a execução das obras de recapeamento asfáltico e dos serviços complementares de infraestrutura viária poderá ocasionar impactos ambientais temporários, localizados e de baixa magnitude, inerentes às atividades de construção civil e à operação de equipamentos e máquinas.

Entretanto, tais impactos são considerados controláveis, mitigáveis e reversíveis, desde que observadas as medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias previstas neste Estudo Técnico Preliminar, bem como as disposições da legislação ambiental vigente e as boas práticas de engenharia.

Dessa forma, infere-se que a contratação é ambientalmente viável, não sendo identificados impactos ambientais significativos ou permanentes que impeçam a execução do empreendimento, desde que a empresa contratada adote as medidas de gestão ambiental necessárias e cumpra integralmente suas responsabilidades socioambientais durante todas as fases da execução contratual.

Infere-se, portanto, que a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar se considera viável, não gerará impactos ambientais.

## 20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO - CONCLUSÃO

Pelo exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência, evitando assim os transtornos provenientes de uma contratação sem análise prévia de atendimento às exigências aqui estipuladas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

## ESTADO DO PARANÁ

---

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951  
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Considerando, que os requisitos da fase de planejamento do estudo técnico preliminar foram objetivamente definidos e a solução encontrada mostra-se adequada para o atendimento da necessidade, resta demonstrada a viabilidade da contratação, na forma identificada neste instrumento.

Não havendo impedimentos ou vícios e constatada a necessidade e conveniência da presente contratação, declarasse-se o Presente Estudo Técnico Preliminar como viável.

Borrazópolis/PR, 16 de junho de 2026.

---

**Roberto Carlos Domingues**  
Secretário Municipal de Obras,  
Viação e Serviços Públicos